

Saúde Oposição amarra Orçamento

Verbas para saúde não poderão ter outra destinação

BRASÍLIA - A oposição conseguiu aprovar ontem a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que obriga os governos federal, estaduais e municipais a destinarem recursos específicos para a saúde, sem a possibilidade de transferência de verbas para outras áreas.

A proposta, aprovada na Comissão de Seguridade Social da Câmara, ainda precisa tramitar por outras duas comissões, mas a Frente Parlamentar da Saúde pretende aprovar um pedido de urgência para que a matéria siga direto para o plenário.

- Essa é uma vitória que esperávamos há anos, para evi-

tar que precisemos fazer novos "jalecos" na Câmara - comemorou a deputada e candidata a prefeito do Rio, Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

Pelo texto aprovado na Comissão, a União fica obrigada a destinar, para ações e serviços na área de saúde, 10% de suas receitas correntes brutas, o que representaria, com base no exercício fiscal de 2002, um montante total de R\$ 34 bilhões.

A proposta anterior, modificada na Comissão, previa um investimento equivalente ao do ano anterior somado à variação do PIB nominal. No caso de Estados e municípios, esses repasses são de, respectivamente, 12% e 15%.

- Da forma como foi apro-

vada a emenda, os recursos estarão mais garantidos e seguros, mesmo em um ano com variação negativa do PIB - justificou Jandira.

Mais do que o montante de recursos, os parlamentares ligados à área da saúde comemoraram a obrigatoriedade dos investimentos no setor. Em 2003, a Frente Parlamentar da Saúde vestiu-se de branco, em plenário, para questionar a transferência de verbas para saneamento e progra-

mas sociais - prática adotada nos três níveis de governo: federal, municipal e estadual.

- A regulamentação da emenda também dificulta, por exemplo, os planos da equipe econômica do gover-

no de desobrigar a vinculação de recursos federais para investimentos na área de saúde - complementou o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG).

O Palácio do Planalto ainda não se deu por vencido. Por um descuido da bancada governista, acabou derrotado na tentativa de não dar quórum na Comissão de Seguridade Social da Câmara, para evitar a aprovação da emenda constitucional. Os governistas, no entanto, prepararam-se para as futuras batalhas.

- Este projeto da Emenda 29 ainda precisa ser discutido com o governo. Eu sei que não foi o melhor momento para se aprovar esta matéria - confirmou o líder do governo na Câmara, Professor Luizinho (PT-SP). (P.T.L)

União ficará obrigada a aplicar 10% de receita bruta na saúde